

RECURSO PARA O ITEM 3 DO PREGÃO 06/2012

– MÓVEIS ANDRADE IND COM DE MÓVEIS HOSPITALARES

Ponderação do recorrente sobre os itens encontrados em não conformidade com os seguintes artigos do edital.

Relata o recorrente algumas irregularidades no julgamento de sua proposta, segundo seu entendimento.

Resumidamente:

- a) isonomia entre os licitantes uma vez que foram solicitados esclarecimentos a outro licitante e não para a recorrente.
- b) presença na oferta e nos catálogos de item obrigatório (bandeja ou suporte para guarda de materiais) que não foi encontrado.
- c) não atendimento da altura mínima exigida
- d) itens para os quais não foram encontradas informações suficientes para análise objetiva da proposta (tratamento antiferruginoso, especificações do colchão e dimensões externas da largura do leito).

Assim, composta a peça recursal, temos a informar:

A) Em relação à alegada falta de isonomia entre os licitantes cabe salientar que o recorrente não foi instado a esclarecimento pois sua proposta e documentos por si só não ensejaram dúvidas em relação ao não cumprimento das exigências editalícias (o não fornecimento de item exigido como BANDEJA OU SUPORTE PARA GUARDA DE MATERIAIS e ALTURA MÍNIMA QUANDO ABAIXADA), para as quais o recorrente tenta confundir a análise, conforme esmiuçado abaixo. Em não havendo dúvida quanto ao não cumprimento de exigências, nada havia que ser questionado ao licitante. Ao contrário, quando os concorrentes do licitantes foram questionados, nada havia para desclassificar a proposta daqueles e sim apenas deixar esclarecidas algumas informações para clarificar o objeto a ser fornecido. Portanto, não houve desigualdade na análise das propostas entre os concorrentes.

B) para analisar as demais ponderações do recurso, cabe lembrar que o edital foi extremamente cuidadoso ao exigir a completude das informações e as demonstrações claras do atendimento às especificações técnicas do objeto a ser adquirido por parte dos ofertantes a fim de dar objetividade ao processo de julgamento. São os seguintes os itens em que o edital foi enfático ao solicitar:

- Item III – CONDIÇÕES DA PROPOSTA – 1. EXIGÊNCIAS GERAIS – 1.5. “A licitante deverá apresentar proposta constando **claramente** cada uma das características dos equipamentos em questão com nomes de marca e modelo, inclusive de softwares, suas funções e ou aplicações básicas. **Apresentar prospecto com as características** técnicas....” (Grifo nosso),

e ainda,

- Item X – CONDIÇÕES GERAIS – 1. Da Documentação de Habilitação e Declarações – 1.4. “Declaração do fabricante ou documentação técnica/manuais em que conste, **explicitamente, a característica exigida nas especificações técnicas**, apontando a compatibilidade de seus equipamentos com o descrito no edital;” (Grifo nosso),

além de,

- Item X – CONDIÇÕES GERAIS – 2. Da Proposta de Preço – 2.2. “Deverá ser anexada **descrição do(s) produto(s) que está(ão) sendo proposto(s), informando nome, tipo, fabricante, marca, modelo, dentre outras informações que permitam à contratante ter conhecimento técnico do que será fornecido.**” (Grifo nosso),

e finalmente,

- Item X – CONDIÇÕES GERAIS – 3. Dos critérios de seleção do fornecedor – “O julgamento das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO, **sendo declarada vencedora a licitante que apresentar o Menor Preço e que atender a todos os requisitos e exigências do certame.**” (Grifo nosso)

Ao relatar sua peça recursal o licitante limita-se a inferir que a Comissão Técnica desta Administração não se enquadra nem na condição de leigo, uma vez que não foi capaz de “LER” que uma “coisa” não é outra.

Vejamos:

O edital é claro e inconfundível ao exigir **AMBAS** as peças para composição do item licitado a saber:

“...com bandeja ou base para guarda de materiais;...” e “...Bacia de material de alta resistência localizada sob a peseira, para coleta de resíduos....” (retirado do edital)

ou seja, ao contrário do que afirma o recursante:

“...O edital exigiu uma “bandeja ou suporte para guarda de materiais”, denominando-a de “bacia de material de alta resistência localizada sob a peseira, para coleta de resíduos”. Conforme consta no desenho técnico apresentado no Registro do Produto, o produto possui uma “cuba para resíduos”, que fica localizada abaixo do “suporte para apoio de pés”. Mesmo para um leigo é fácil entender que uma cuba para resíduos localizada abaixo do suporte de pés seria o mesmo que uma bandeja, suporte ou bacia sob peseira para coleta de resíduos. Ou seja, trata-se de item atendido, não havendo motivo para desclassificação da ora recorrente, visto que atendido o Edital....” (retirado do recurso)

Portanto, não foi atendida a exigência do fornecimento de BANDEJA OU SUPORTE PARA GUARDA DE MATERIAIS conforme especificado em edital e apontado na Nota Técnica que sugeriu a desclassificação da recorrente.

C) Ainda que a não conformidade bastasse por si só para a desclassificação do licitante, ainda temos a responder sobre a altura do leito.

Conforme exaustivamente discutido na Audiência Pública nº 11/2011 em 13/10/2011, na presença do recorrente, as medidas de altura foram consideradas de piso ao estrado do leito e quando solicitadas baseadas no termo NO MÍNIMO, o que, mesmo para leito, significa:

“QUANDO ABAIXADA DE NO MÍNIMO 0,56 m” , ou seja, deste valor para BAIXO, bem como quando LEVANTADA, do valor estipulado para CIMA. No mínimo abaixa, do estrado ao solo, 0,56 m (descontada a tolerância entre 0,532 m e 0,588 m).

De fato, do que adiantaria solicitar uma cama que abaixe até 0,56 m e, segundo o entendimento do recorrente, daí para cima! – poderia ter altura mínima quando abaixada de 2,0 metros?

Realmente “não é necessário ser técnico para entender...”(retirado do recurso)

Como o mesmo raciocínio se aplica para a elevação do leito, não merece prosperar a alegação de análise equivocada e a conformidade do item.

D) Os demais itens constantes do recurso como tipo de pintura, especificações do colchão e dimensões externas da cama, também não figuraram nos documentos apresentados o que implicou na impossibilidade de julgamento objetivo da proposta do licitante. Seguindo o mesmo propósito descrito na introdução da ponderação “A” o simples fato destas informações não estarem disponíveis nos catálogos e/ou na Anvisa, bastariam para demonstrar o desacordo com as exigências do edital na apresentação CLARA da proposta e anexos. Apesar destes itens terem sido apontados como informação não encontrada, como já havia não conformidade inequívoca entre a oferta e o objeto especificado, não foi relevante para a desclassificação, embora, conforme salientado na introdução desta nota, seria argumento suficiente para desclassificação sumária a inexistência das informações não descritas claramente na proposta (vide itens enumerados acima).

Assim, nada resta a ponderar sobre o não atendimento de nenhuma das condições acima descritas, o que implica sugerir a manutenção da decisão de desclassificação da proposta como foi feito.